Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. "ViaQuatro" ou "Companhia" continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2. Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **1.3. Destaques de 2019:** No período de 04 a 10 de outubro de 2019, a "ViaQuatro" foi auditada e manteve a certificação do seu SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade) em atendimento aos critérios da norma ISO 9001:2015, e em cumprimento ao item 3.20 do anexo VIII do Contrato de Concessão.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ mil	2019	2018	Variação %
Receita Líquida	626.443	670.737	-6,6%
(-) Custos e Despesas	(301.897)	(395.113)	-23,6%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(31.849)	(55.267)	-42,4%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.415)	(69.301)	37,7%
Lucro Líquido	197.282	151.056	30,6%
Dívida Bruta	1.346.662	1.272.982	5,8%
Investimentos	59.663	233.291	-74,4%

Receita Líquida: O principal driver da redução na receita líquida são as receitas de construção, reduzindo-se de R$ 150.913 em 2018 para R$ 45.798 em 2019. Tais receitas são associadas à serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, dos quais grande parte estão relacionados aos Investimentos do Contrato de Fornecimento da Fase II (Trens, Equipamentos e Sistemas), o qual teve uma maior concentração de pagamentos em 2018. Assim, tais receitas também tiverem redução comparativamente ao ano anterior. O reajuste das tarifas é feito pela variação de 50% do IGP-M e de 50% do IPC em fevereiro de cada ano. Em 2019, o reajuste foi de 4,97%. **Custos e Despesas**: O principal impacto em custos e despesas deu-se em custos de construção, o qual anula-se com receita de construção. Portanto, os efeitos são os mesmos explicados acima. **Resultado Financeiro Líquido**: O maior impacto é referente à liquidação dos derivativos atrelados ao financiamento em moeda estrangeira com o BID, encerrado em 2018. **Imposto de Renda e Contribuição Social**: Maior apuração de impostos decorrente do melhor resultado operacional e financeiro. **Investimentos**: Redução decorrente do cronograma de investimentos da Fase II, o qual teve maior concentração em 2018 comparativamente à 2019. **2.1. Dividendos propostos:** Em 2019, a Companhia distribuiu um total de R$ 166.481 na forma de Dividendos aos seus Acionistas (R$ 276.225 em 2018). **2.2. Destaque JCP:** Em dezembro de 2019, a Companhia fez o destaque e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto de R$ 10.334 (R$ 12.644 em 2018).

3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa: A ViaQuatro possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 64 novos cursos e aplicou 87 temas na totalidade, que representou atingir 1.132 colaboradores durante o ano de 2019.

4. Sustentabilidade: Em 2019, foram realizadas 72 atividades com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde foram realizadas por meio de incentivo direto da Companhia ou leis de fomento reguladas pelo Governo Federal, como as Leis Rouanet e de Incentivo ao Esporte. Alguns dos projetos realizados em 2019 foram: • Viagem Amazônica; • Teatro nas Escolas; • Cine em Cena; • Histórias que Vieram de Trem; e • Cine Favela na Era da Inclusão Digital. Além disso, foram desenvolvidas 100 campanhas de engajamento em parceria com outras instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população: • Campanha do Agasalho; • Campanha DST-AIDS; • Campanha de Vacinação contra Febre Amarela e Sarampo; • Campanha de Rastreamento Precoce da Hepatite; • Viajando na Leitura; e • Natal Solidário. Foram realizadas 88 exposições no decorrer do ano, por meio de parcerias, Instituições e ONG's, com o intuito de abordar temas de relevância social, entre as quais: • Exposição Consulados; • Remanescentes da Mata Atlântica; • Família; • Do Macaco ao Homem; e • Faces da Reabilitação. **4.1. Prêmios e Reconhecimentos:** • Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte: Em novembro de 2019, a ViaQuatro foi eleita pelo terceiro ano consecutivo a Melhor Operadora de Transporte Ferroviário de Passageiros no 32º Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte, pela OTM Editora, tradicional publicação do setor. • Projeto premiado: A ViaQuatro teve um colaborador entre os finalistas do Prêmio Ferroviário Padrão da Revista Ferroviária, em setembro de 2019, com projeto implantado na área de controle de fluxo na área de transferência para Linha 2 - Verde. • Prêmio ANP Trilhos: A Estação de Tratamento de Água (ETA) do Pátio Vila Sônia foi finalista no 6º Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários da ANPTrilhos, em setembro de 2019. • Ordem do Mérito do Transporte - CNT: A ViaQuatro foi homenageada em abril de 2019, com a Ordem do Mérito do Transporte - a Medalha JK. A premiação foi oferecida ao Presidente da Concessionária, como um dos profissionais que se destacaram em 2018 pela prestação de serviços relevantes no setor de transporte. A Medalha JK é concedida pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) desde 1991. • Selo Empresa Posithiva: Pelo trabalho contínuo de conscientização para prevenção contra HIV/Aids, a ViaQuatro foi uma das instituições homenageadas em dezembro de 2019 pelo Programa Municipal de DST/Aids, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo recebendo o Selo de Empresa Posithiva. • Pesquisa de Satisfação: Além dos prêmios obtidos, a qualidade do serviço prestado pela ViaQuatro foi comprovada pela Pesquisa de Satisfação realizada em outubro de 2019. O levantamento apontou 93,2% no ISU - Índice de Satisfação do Usuário. Além do bom atendimento dos colaboradores e da rapidez na viagem, a pesquisa ressaltou que a inauguração de novas estações impactou positivamente a percepção de melhorias.

5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos: A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

São Paulo, 16 de março de 2020.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	62.482	9.553
Aplicações financeiras	6	189.208	164.808
Contas a receber	7	13.132	15.280
Contas a receber - partes relacionadas	10	503	202
Tributos a recuperar	8	3.955	2.607
Despesas antecipadas		4.479	3.547
Contas a receber - operações com derivativos	20	1.025	4.674
Adiantamento a fornecedores		6.571	2.693
Estoques (materiais sobressalentes)		24.919	48.784
Outros créditos		352	160
Total do ativo circulante		306.626	252.308
Não circulante			
Realizavel a longo prazo			
Conta reserva	6	-	3
Contas a receber - operações com derivativos	20	-	33
Estoques (materiais sobressalentes)		26.642	-
Tributos a recuperar	8	9.537	9.746
Depósitos judiciais		413	349
		36.592	10.131
Imobilizado	11	25.623	24.719
Intangível	12	1.315.673	1.202.948
Intangível em construção	12	96.478	152.259
Total do ativo não circulante		1.474.366	1.390.057
Total do ativo		1.780.992	1.642.365

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Debêntures	13	75.216	26.302
Fornecedores	15	40.051	49.437
Fornecedores - partes relacionadas	10	779	822
Impostos e contribuições a recolher		34.764	14.689
Obrigações sociais e trabalhistas	14	22.549	20.649
Passivo de contrato		6.859	3.517
Provisão IPTU		7.308	3.786
Outras contas a pagar		4.497	891
Total do passivo circulante		192.023	120.093
Não circulante			
Debêntures	13	1.268.446	1.246.680
Impostos diferidos	9b	99.727	71.588
Obrigações sociais e trabalhistas	14	484	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	887	326
Passivo de contrato		2.140	4.018
Total do passivo não circulante		1.371.684	1.322.612
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	140.385	140.385
Reservas de lucro	17b	28.077	54.642
Dividendo adicional proposto	17c	47.032	-
Ajuste avaliação patrimonial		1.791	4.633
		217.285	199.660
Total do passivo e patrimônio líquido		1.780.992	1.642.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social		Reserva de lucros					
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	149.607	(9.222)	22.039	116.734	16.000	-	6.388	301.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	151.056	-	151.056
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.755)	(1.755)
Destinações:								
Distribuição de dividendos em 19 de abril de 2018	-	-	-	(115.637)	(16.000)	-	-	(131.637)
Reserva legal	-	-	6.038	-	-	(6.038)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	26.565	-	(26.565)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.097)	-	(11.547)	-	(12.644)
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2018	-	-	-	-	-	(106.906)	-	(106.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	149.607	(9.222)	28.077	26.565	-	-	4.633	199.660
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	197.282	-	197.282
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.842)	(2.842)
Destinações:								
Distribuição de dividendos em 25 de abril de 2019	-	-	-	(26.565)	-	-	-	(26.565)
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	(139.916)	-	(139.916)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.334)	-	(10.334)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	47.032	(47.032)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	149.607	(9.222)	28.077	-	47.032	-	1.791	217.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	18	626.443	670.737
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(79.890)	(78.610)
Custo de construção		(45.798)	(150.913)
Depreciação e amortização	11 e 12	(61.519)	(51.786)
Serviços		(17.537)	(17.769)
Materiais, equipamentos e veículos		(12.527)	(10.951)
Energia elétrica		(31.722)	(23.440)
Seguros		(4.590)	(4.412)
Outros		(6.162)	(2.278)
		(259.745)	(340.159)
Lucro bruto		366.698	330.578
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(15.501)	(21.268)
Serviços		(15.463)	(18.773)
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.860)	(2.769)
Materiais, equipamentos e veículos		(657)	(893)
IPTU		(3.522)	(2.895)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(170)	(1.060)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.292)	(986)
Contribuições a sindicatos e associações de classes		(947)	(855)
Provisão para perda esperada - contas a receber		1.198	(1.234)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(8)	(111)
Outros		(2.591)	(3.605)
		(41.813)	(54.449)
Outros resultados opracionais		(339)	(505)
Resultado antes do resultado financeiro		324.546	275.624
Resultado financeiro	19	(31.849)	(55.267)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		292.697	220.357
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9a	(95.415)	(69.301)
Lucro líquido do exercício		197.282	151.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração financeira dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	197.282	151.056
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.604	10.900
Depreciação e amortização	64.379	54.555
Baixa do ativo imobilizado e intangível	433	333
Provisão para perda esperada - contas a receber	(1.198)	1.234
Variação cambial sobre financiamentos	-	1.152
Variação cambial sobre derivativos	(785)	(9.640)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	1.329	16.658
Variação monetária sobre debêntures	18.719	14.073
Juros sobre financiamentos e debêntures	102.101	97.815
Constituição (Reversão) da provisão para riscos cíveis trabalhistas e previdenciários	1.942	676
Atualização monetária para riscos cíveis trabalhistas e previdenciários	60	14
Resultado de operação com derivativos	818	13.103
Capitalização de custos de empréstimos	(78.542)	(69.030)
	336.142	282.899
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	3.346	(5.304)
Contas a receber - partes relacionadas	(301)	(117)
Tributos a recuperar	(1.139)	7.644
Adiantamento a fornecedores	(3.878)	(718)
Estoques (materiais sobressalentes)	(2.777)	(7.752)
Despesas antecipadas e outros	(1.188)	(1.462)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(4.394)	(138.247)
Fornecedores - partes relacionadas	(43)	10
Obrigações sociais e trabalhistas	2.384	321
Impostos e contribuições a recolher	62.338	56.653
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(42.263)	(51.198)
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(1.441)	(604)
Passivo de contrato	1.464	170
Provisão IPTU	3.522	2.895
Outras contas a pagar	3.606	(973)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	349.057	144.217
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Liquidação de operação com derivativos	2.969	6.557
Aquisição de ativo imobilizado	(8.585)	(9.817)
Adição de ativo intangível	(55.037)	(113.981)
Outros de ativo intangível	9.556	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(24.400)	73.558
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(69.176)	(43.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operação com derivativos	-	(39.084)
Resgates/Aplicações na conta reserva	3	55
Financiamentos e debêntures		
Captações	-	1.184.395
Pagamentos de principal	-	(850.168)
Pagamentos de juros	(50.140)	(87.010)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos a acionistas controladores	(176.815)	(303.308)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(226.952)	(95.120)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	52.929	5.414
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.553	4.139
No final do exercício	62.482	9.553
	52.929	5.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		197.282	151.056
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Hedge accounting	21	(680)	9.646
Ativação de *hedge* de fluxo de caixa		(3.627)	(12.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.465	903
		(2.842)	(1.755)
Total do resultado abrangente do exercício		194.440	149.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: a) Constituição e objeto: A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") ou ("Concessionária"), domiciliada a Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 12,8 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato vai até 20 de junho de 2040, assegurando o prazo de operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I, conforme previsto no contrato de concessão. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011 e o 5° aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operação contratual prevê: • **Fase I -** Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I teve um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3,

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:53:26.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34738074] - www.imprensaoficial.com.br

continuação **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**

em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento. • **Fase II -** Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi, restando apenas a Estação Vila Sônia a ser inaugurada. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do Contrato de Fornecimento de aproximadamente US$ 40 milhões, a serem pagos conforme cumprimento das obrigações contratuais. • **5º Aditamento ao contrato de concessão** - Assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, cujo prazo passou a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. • **MOU (Memorando de Entendimento) -** No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade do Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do Contrato de Fabricação e Fornecimento. • **MOU (Memorando de Entendimento) -** No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente. • **MOU (Memorando de Entendimento) -** No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 23 de outubro 2019, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes formalizam a paralisação parcial das atividades dos fornecedores em decorrência da postergação da entrega da estação Vila Sônia, sob responsabilidade do Poder Concedente. A suspensão tem prazo inicial previsto de duração de 15 meses, iniciando-se em julho de 2019 com término em outubro de 2020, com possibilidade de prorrogação por mais 6 meses. **b) Outras informações relevantes: (i) Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos tribunais superiores. Em 29 de agosto de 2016 foi publicada a decisão que negou a admissibilidade dos recursos. Em 19 de setembro de 2016, a Companhia interpôs agravo ao STJ, que aguarda julgamento. Em 2019 não teve nenhum desdobramento referente a esse processo. **(ii) Processo nº 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima). A Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. ***b) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR ou VJORA: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR ou VJORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR ou ao VJORA, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos e passivos financeiros são mensurados ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • Forem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Mensuração e desreconhecimento: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos incialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa, em que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é mensurada ao VJORA. Contabilidade de *hedge (hedge accounting):* A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. *Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. *Hedge* de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados; São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "m". Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired,* um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Receitas* e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***k) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***l) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:54:28.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34738106] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação do balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. ***n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:*** A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, a seguinte norma: **• CPC 06 - Arrendamentos:** O CPC 06 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03. Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06. **• ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. ***o) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 16 de março de 2020 foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2m	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
9b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
20	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, NDF (*non deliverable foward*) e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros e NDF de moeda: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Opções de compra de moeda com teto *(cap):* O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black-Scholes para precificação de opções cambiais.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, e 20. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices *(covenants)* previsto em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	132.190	189.238	197.832	251.199	1.027.835
Fornecedores e outras contas a pagar	44.548	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	779	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2019	2018
Caixa e bancos	2.224	5.766
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	60.258	3.787
Total - Caixa e equivalentes de caixa	62.482	9.553
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	189.208	164.808
Total - Circulante	189.208	164.808
Não circulante		
Aplicações financeiras		
Conta Reserva	-	3
Total - Não Circulante	-	3
Total - Aplicações financeiras	189.208	164.811

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,19% do CDI, equivalente a 5,83% ao ano (98,62% do CDI, equivalente a 6,31% ao ano, em média, 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber	2019	2018
Circulante		
Receitas tarifária (a)	3.071	4.757
Receitas acessórias (b)	10.320	11.980
	13.391	16.737
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(259)	(1.457)
	13.132	15.280
Idade de Vencimento dos Títulos	**2019**	**2018**
Crédito a vencer	9.461	10.592
Créditos vencidos até 60 dias	3.636	4.304
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	35	384
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	29	648
Créditos vencidos há mais de 180 dias	230	809
	13.391	16.737

(a) Créditos a receber da Companhia Metropolitana de São Paulo e da SPTrans, decorrentes de serviços prestados aos usuários; (b) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão, e (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Tributos a recuperar		
Circulante	2019	2018
COFINS	1	1
IRRF	3.954	2.580
Outros	-	26
	3.955	2.607
Não Circulante		
IRPJ e CSLL	9.537	9.746
	9.537	9.746

9. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	292.697	220.357
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(99.517)	(74.921)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(332)	(591)
Juros sobre capital próprio	3.513	4.299
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(279)	(207)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.461	2.095
Outros ajustes tributários	(261)	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(95.415)	(69.301)
Impostos correntes	(65.811)	(58.401)
Impostos diferidos	(29.604)	(10.900)
	(95.415)	(69.301)
Alíquota efetiva do imposto	32,60%	31,45%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

				Saldo em 2019		
	2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.305	845	-	3.150	3.150	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	496	(408)	-	88	88	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	111	191	-	302	302	-
Variação cambial (b)	(7.215)	8.939	-	1.724	1.724	-
Resultado de operações com derivativos	26.988	(3.550)	1.465	24.903	25.252	(349)
Provisão IPTU	52	-	-	52	52	-
Provisão Fornecedores	-	2.495	-	2.495	2.495	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(94.325)	(38.116)	-	(132.441)	733	(133.174)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(71.588)	(29.604)	1.465	(99.727)	33.796	(133.523)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(33.796)	33.796
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(71.588)	(29.604)	1.465	(99.727)	-	(99.727)

				Saldo em 2018		
	2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.052	253	-	2.305	2.305	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	76	420	-	496	496	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	81	30	-	111	111	-
Variação cambial (b)	(29.284)	22.069	-	(7.215)	2.200	(9.415)
Resultado de operações com derivativos	35.458	(9.373)	903	26.988	28.577	(1.589)
Provisão IPTU	52	-	-	52	52	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(70.026)	(24.299)	-	(94.325)	15.690	(110.015)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.591)	(10.900)	903	(71.588)	49.431	(121.019)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(49.431)	49.431
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.591)	(10.900)	903	(71.588)	-	(71.588)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados. (b) As variações cambiais deste item se referem às operações de derivativos, cujo tratamento fiscal é regido pelo artigo 32 da Lei nº 11.051/04, por esse motivo a realização fiscal desta variação cambial se dará quando da efetiva liquidação da operação de derivativos.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações 2019		Saldos 2019			
			Ativo		Passivo	
	Despesas/custos com serviços Prestados	Receitas brutas	Contas a receber		Fornecedores	
Controladora						
CCR	3.835 (a)	-	1 (d)		307	(a)
Outras partes relacionadas						
CPC	4.160 (b)	-	-		336	(b)
Samm	181 (e)	226 (c)	19 (c)		-	
Five trilhos	-	-	1 (d)		-	
Metrô Bahia	-	-	-		15	(d)
Rodoanel	-	-	-		1	(d)
Linha 15	-	-	13 (d)		-	
Via Mobilidade	-	-	469 (d)		120	(d)
Total, 31 de dezembro de 2019	8.176	226	503		779	

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:54:49.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34738116] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

	Transações 2018		Saldos 2018	
			Ativo	Passivo
	Despesas/custos com serviços Prestados	Receitas brutas	Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
CCR	4.678 (a)	-	8 (d)	368 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	3.961 (b)	-	-	310 (b)
Samm	167 (e)	216 (c)	18 (c)	-
Five trilhos	-	-	3 (d)	9 (d)
Metrô Bahia	-	-	14 (d)	5 (d)
Rodoanel	-	-	19 (d)	5 (d)
ViaOeste	-	-	17 (d)	13 (d)
Via Mobilidade	-	-	123 (d)	112 (d)
Total, 31 de dezembro de 2018	8.806	216	202	822

Despesas com profissionais chaves da administração

	2019	2018
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (f)	1.218	3.558
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.107	908
Complemento/(reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	6	(80)
Previdência privada	77	120
Seguro de vida	4	5
	2.412	4.511

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (f)	1.182	1.096

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 17 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 5.600. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; b) Contrato de prestação exclusiva de serviços suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; c) Contrato de ocupação e uso dos espaços de utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações, com prazo até o término da vigência do contrato de concessão, cujos pagamento ocorrem até o dia 5 do mês subsequente. O contrato é reajustado anualmente com base no IPC e IGP-M, sendo cada um na razão de 50%; d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e) Contrato de prestação de serviços para fornecimento de interface óptica padrão Gigabit Ethernet - "Clean Channel" denominado "Data Samm" para interligar a Companhia com a núvem Multiprotocol Label Switching (MPLS) através de circuito digital que permite o acesso e o transporte de dados, voz e vídeo; e f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018 Saldo inicial	2019 Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		5.292	-	-	656	-	5.948
Máquinas e equipamentos		23.510	-	(51)	4.268	-	27.727
Veículos		2.267	-	(17)	97	-	2.347
Instalações e edificações		149	-	-	-	-	149
Equipamentos operacionais		9.557	-	-	-	-	9.557
Imobilizações em andamento		14.791	9.525	-	(10.145)	(433)	13.738
Total custo		55.566	9.525	(68)	(5.124)	(433)	59.466
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(2.738)	(548)	-	(1)	-	(3.287)
Máquinas e equipamentos	13	(16.350)	(2.401)	51	2	-	(18.698)
Veículos	21	(2.102)	(94)	17	-	-	(2.179)
Instalações e edificações	5	(149)	-	-	-	-	(149)
Equipamentos operacionais	10	(9.508)	(22)	-	-	-	(9.530)
Total depreciação		(30.847)	(3.065)	68	1	-	(33.843)
Total geral		24.719	6.460	-	(5.123)	(433)	25.623

	Taxa média anual de depreciação %	2017 Saldo inicial	Adições	Baixas	2018 Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		4.647	-	-	645	5.292
Máquinas e equipamentos		22.650	-	(4)	864	23.510
Veículos		2.274	-	(36)	29	2.267
Instalações e edificações		149	-	-	-	149
Equipamentos operacionais		9.572	-	-	(15)	9.557
Imobilizações em andamento		7.002	9.877	-	(2.088)	14.791
Total custo		46.294	9.877	(40)	(565)	55.566
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(2.257)	(457)	-	(24)	(2.738)
Máquinas e equipamentos	13	(13.881)	(2.473)	1	3	(16.350)
Veículos	25	(1.969)	(169)	36	-	(2.102)
Instalações e edificações	5	(147)	(2)	-	-	(149)
Equipamentos operacionais	13	(9.379)	(147)	-	18	(9.508)
Total depreciação		(27.633)	(3.248)	37	(3)	(30.847)
Total geral		18.661	6.629	(3)	(568)	24.719

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. (b) Reclassificações do ativo imobilizado para o custo. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 940 em 2019 (R$ 60 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 6,63% a.a. (custo dos empréstimos divididos pelo saldo médio de debêntures) e 6,50% a.a. em 2018.

12. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2018 Saldo inicial	2019 Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.412.716	-	178.783	(9.556)	1.581.943
Direitos de uso de sistemas informatizados		18.832	-	2.844	-	21.676
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	737	1.232	-	1.969
Intangível		1.431.548	737	182.859	(9.556)	1.605.588
Intangível em construção		152.259	121.954	(177.735)	-	96.478
Total do custo		1.583.807	122.691	5.124	(9.556)	1.702.066
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(213.049)	(59.990)	(93)	-	(273.132)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.551)	(1.324)	92	-	(16.783)
Total amortização		(228.600)	(61.314)	(1)	-	(289.915)
Total geral		1.355.207	61.377	5.123	(9.556)	1.412.151

	Taxa média anual de amortização %	2017 Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	2018 Transferências (a)	Baixas	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.386.871	(132.552)	(3.500)	161.897	-	1.412.716
Direitos de uso de sistemas informatizados		18.208	-	-	954	(330)	18.832
Intangível		1.405.079	(132.552)	(3.500)	162.851	(330)	1.431.548
Intangível em construção		-	132.552	181.990	(162.283)	-	152.259
Total do custo		1.405.079	-	178.490	568	(330)	1.583.807
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(162.821)	-	(50.228)	-	-	(213.049)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.472)	-	(1.079)	-	-	(15.551)
Total amortização		(177.293)	-	(51.307)	-	-	(228.600)
Total geral		1.227.786	-	127.183	568	(330)	1.355.207

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Ressarcimento de sinistro; (c) Amortização pela curva do benefício econômico. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 77.602 em 2019 (R$ 68.970 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 6,63% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,50% a.a. em 2018. Foram acrescidos aos ativos intangíveis resultados de *hedge accounting* no montante de R$ 3.627 em 2019 (acrescidos R$ 12.304 em 2018).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	2018	
1. 5ª Emissão - série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	7.582	Março de 2028	801.102	736.892	(b) (c)
1. 5ª Emissão - série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	4.285	Março de 2028	542.560	536.090	(b) (c)
Total geral				11.867		1.343.662	1.272.982	
Circulante								
Debêntures						77.403	27.038	
Custos de transação						(2.187)	(736)	
						75.216	26.302	
Não Circulante								
Debêntures						1.278.126	1.259.990	
Custos de transação						(9.680)	(13.310)	
						1.268.446	1.246.680	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (b) Alienação fiduciária. (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2019
2021	105.785
2022	121.087
2023	183.343
2024	175.956
2025 em diante	691.955
	1.278.126

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de março de 2018, ocorreu a 5ª emissão de debêntures, distribuída em duas séries, no total de 1.200.000 debêntures, sendo 700.000 debêntures na 1ª série e 500.000 debêntures na 2ª série, todas integralizadas em 29 de março de 2018, totalizando um valor nominal de R$ 1.200.000, com vencimento em 15 de março de 2028. A remuneração da 1ª série é de CDI + 2,3% a.a. e a da 2ª série é de IPCA + juros de 7,0737% a.a.. As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de ações e; (ii) cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios. Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,1. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4 e o ICSD seja igual ou inferior a 1,3. A concessionária pode optar pela contratação de fiança bancária ou depósito em conta reserva, caso deseje contratar novas dívidas ou distribuir dividendos com os índices abaixo dos números descritos acima.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	2.967	3.178
Benefícios, gratificações e participações a pagar	9.832	7.645
Encargos sociais e previdenciários	3.281	3.400
Provisão para férias e 13º salário	6.469	6.426
	22.549	20.649
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	484	-
	484	-

15. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	28.488	37.059
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	11.436	12.200
Cauções e retenções contratuais	127	178
	40.051	49.437

(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2018	2019				
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Cíveis e administrativos	26	11	(1)	4	(30)	10
Trabalhistas e previdenciários	300	2.477	(545)	56	(1.411)	877
	326	2.488	(546)	60	(1.441)	887

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2019	2018
Cíveis e administrativos	41	11
Trabalhistas e previdenciárias	1.134	634
	1.175	645

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 149.607, dos quais R$ 9.222 ainda não foram integralizados, composto por 74.803.571 ações ordinárias e 74.803.571 ações preferenciais e sem valor nominal.

	2019 Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar	2018 Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar
CCR S.A.	75,00%	112.205.357	6.916.904	75,00%	112.205.357	6.916.904
Ruasinvest Participações S.A.	15,00%	22.441.071	1.383.381	15,00%	22.441.071	1.383.381
Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.960.714	922.254	10,00%	14.960.714	922.254
	100,00%	149.607.142	9.222.539	100,00%	149.607.142	9.2 22.539

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2019, a reserva legal não foi constituída em função de ter atingido o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 25 de abril de 2019, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no valor de R$ 26.565, a conta de Reserva de Retenção de Lucros, pagos no mesmo dia. Em 28 de outubro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos dos lucros apurados no período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019, no montante de R$ 139.916, correspondente a R$ 0,93522544639 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 29 de outubro de 2019. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicional no montante de R$ 47.032, a serem aprovados na AGO de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	197.282
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	197.282
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	49.321
Dividendos aprovados e pagos	(139.916)
Total de juros sobre capital próprio pagos	(10.334)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(150.250)

d. Juros sobre o capital próprio: Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o destaque pela Companhia de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 10.334, correspondente a R$ 0,06907122609 por ação, do lucro apurado no exercício, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 20 de dezembro de 2019, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), foram pagos em 18 de dezembro de 2019. **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

18. Receitas operacionais

	2019	2018
Receitas metroviárias	545.614	490.382
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	45.798	150.913
Receitas acessórias	51.685	44.464
Receita de partes relacionadas	226	216
Receita bruta	643.323	685.975
Impostos sobre receitas	(16.595)	(14.913)
Abatimentos	(285)	(325)
Deduções das receitas brutas	(16.880)	(15.238)
Receita operacional líquida	626.443	670.737

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:55:02.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34738123] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

19. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Perda com operações de derivativos	(7.725)	(73.502)
Variação cambial sobre financiamentos	-	(18.076)
Variações cambiais sobre operações com derivativos	(6.919)	(11.295)
Variação monetária sobre debêntures	(20.115)	(18.968)
Juros sobre financiamentos e debêntures	(102.101)	(97.815)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(8.356)	(44.762)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.390)	(7.008)
Capitalização de custos dos empréstimos	78.542	69.030
	(68.064)	(202.396)
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre financiamentos	-	16.924
Variação monetária sobre debêntures	1.396	4.895
Ganho com operações de derivativos	6.907	60.399
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.991	15.017
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	7.027	28.104
Variações cambiais sobre operações com derivativos	7.704	20.935
Juros e outras receitas financeiras	190	855
	36.215	147.129
Resultado financeiro líquido	(31.849)	(55.267)

20. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de financiamentos em moeda estrangeira, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia (CCR S.A.) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019				2018			
	Valor justo através dos resultados abrangentes	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através dos resultados abrangentes	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos								
Caixa e bancos	-	2.224	-	-	-	5.766	-	-
Aplicações financeiras	-	249.466	-	-	-	168.595	-	-
Aplicações financeiras vinculadas conta reserva	-	-	-	-	-	3	-	-
Contas a receber	-	-	13.132	-	-	-	15.280	-
Contas a receber com operações de derivativos	1.025	-	-	-	4.674	33	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	503	-	-	-	202	-
Passivos								
Debêntures (a)	-	-	-	(1.343.662)	-	-	-	(1.272.982)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(44.548)	-	-	-	(50.328)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	-	(779)	-	-	-	(822)
	1.025	251.690	13.635	(1.388.989)	4.674	174.397	15.482	(1.324.132)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva -** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, fornecedores com partes relacionadas e outras contas a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Contas a receber com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.355.529	1.486.920	1.287.028	1.419.311

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2019	2018
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	249.466	168.598
Derivativos a receber	1.025	4.707

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia, visando cumprir as exigências de seu antigo contrato de financiamento com o BID, e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento. Dado que o financiamento com o BID foi liquidado em abril de 2018, a Companhia liquidou os contratos de opções de compra da Libor entre 27 de junho e 01 de julho de 2019. Além disso, foram contratadas *NDFs* para proteger os fluxos de caixa de aquisição de equipamentos em moeda estrangeira para os próximos dois anos. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

					Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado			
	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local Recebidos/ (Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
					2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
NDF																		
Posição ativa	Bradesco	31/01/2019	03/02/2020	USD	3.000	-	12.092	-	835	-	-	-	835	-	-	-	835	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R$ 3,743														
Posição ativa	Merrill Lynch	31/01/2019	03/02/2020	EUR	2.000	-	9.061	-	190	-	-	-	190	-	-	-	190	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R$ 4,4205														
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2019							21.153	-	1.025	-	-	-	1.025	-	-	-	1.025	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018									-	4.707	2.969	(32.527)	-	4.707	(33)	(3.463)	(1.705)	9.646
TOTAL DAS OPERAÇÕES									1.025	4.707	2.969	(32.527)	1.025	4.707	(33)	(3.463)	(680)	9.646

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2019	2018
Riscos cambiais	(33)	(3.463)

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (1)**	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Compromissos em Euro	Fevereiro de 2020	9.061	Aumento da cotação do Euro	-	2.485	4.751
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Fevereiro de 2020	(9.061)	Diminuição da cotação do Euro	-	(2.485)	(4.751)
Compromissos em USD	Fevereiro de 2020	12.092	Aumento da cotação do USD	-	3.886	6.909
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Fevereiro de 2020	(12.092)	Diminuição da cotação do USD	-	(3.886)	(6.909)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Moedas em 31/12/2019:						
	Dólar (2)			4,0307	5,0384	6,0461
	Euro (2)			4,5305	5,6631	6,7958

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação. (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2019, divulgadas pelo Banco Central do Brasil. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (4)(6)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Debêntures: 5ª Emissão - 1ª Série	CDI (2)	Março de 2028	808.684	(54.775)	(63.836)	(72.897)
Debêntures: 5ª Emissão - 2ª Série	IPC-A (3)	Março de 2028	546.845	(62.460)	(68.622)	(74.783)
Aplicação financeira (Itaú Soberano)(5)	CDI (2)		63.754	2.719	3.398	4.077
Aplicação financeira (CDB) (5)	CDI (2)		185.712	2.796	3.486	4.173
Efeito líquido				(111.720)	(125.574)	(139.430)
Efeito sobre as debêntures				(117.235)	(132.458)	(147.680)
Efeito sobre as aplicações financeiras				5.515	6.884	8.250
Total do efeito de ganho/(perda)				(111.720)	(125.574)	(139.430)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			4,40%	5,50%	6,60%
	IPC-A (3)			4,31%	5,39%	6,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada; e (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2019	2018
Compromisso de investimento	106.108	129.313

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa: a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2019	2018
Fornecedores	(1.522)	(7.843)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.522)	(7.843)
Adições ao ativo intangível	1.522	7.843
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	1.522	7.843

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Dividendos a pagar	Aplicações financeiras - conta reserva	Total
Saldo Inicial	(1.272.982)	-	3	(1.272.979)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamento de juros	50.140	-	-	50.140
Dividendos pagos	-	176.815	-	176.815
Resgates/aplicações (conta reserva)	-	-	(3)	(3)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	50.140	176.815	(3)	226.952
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(120.820)	-	-	(120.820)
Outras variações que não afetam caixa	-	(176.815)	-	(176.815)
Total das outras variações	(120.820)	(176.815)	-	(297.635)
Saldo Final	(1.343.662)	-	-	(1.343.662)

23. Eventos subsequentes: • Coronavírus: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo.

Composição do Conselho de Administração

Luis Augusto Valença de Oliveira - Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe - Conselheiro
Luciano José Porto Fernandes - Conselheiro
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Conselheiro
Igor de Castro Camillo - Conselheiro
Shinichi Ban - Conselheiro

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:55:16.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34738125] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Composição da Diretoria	Contador
Francisco Pierrini - Diretor-Presidente **Maurício Dimitrov** - Diretor	**Hélio Aurélio da Silva** CRC 1SP129452/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contingências passivas:** Veja as Notas explicativas 2(i) e 16 das demonstrações financeiras: **Principal assunto de auditoria:** A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e previdenciária decorrentes do curso normal de suas atividades. As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis, trabalhistas e tributárias, face ao elevado grau de complexidade de algumas leis e regulamentos no Brasil, podem impactar significativamente o montante reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos. Efetuamos o envio de cartas de confirmação de posição de contingências aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2019 e realizamos o confronto entre os relatórios de contingências preparado pela Companhia e as respostas das cartas de confirmação. Efetuamos a comparação entre a probabilidade de perda das principais teses fiscais dos nossos assessores jurídicos e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda Tessari
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A

CNPJ/(MF) - 04.772.866/0001-71

Relatório da Administração

Prezados Senhores, A diretoria da Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sociedade e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.019, em cumprimento às disposições legais e estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2020. **À Diretoria.**

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/19	31/12/18
Ativo / Circulante	**441.868,57**	**77.343,00**
Disponível	**272.186,75**	**48.675,42**
Bancos Cta Movimento	114.477,90	46.205,07
Aplicações Financeiras	157.708,85	2.470,35
Contas a Receber	**169.681,82**	**28.667,58**
Comissões a receber	58.019,33	4.508,09
Impostos a Recuperar	36.094,29	22.082,25
Outros Créditos	75.568,20	2.077,24
Não Circulante	**25.790,09**	**14.979,41**
Imobilizado	**25.790,09**	**14.979,41**
Equipamentos Informática	34.000,58	17.153,36
(-) Depreciação Acumulada	(8.210,49)	(2.173,95)
Total do Ativo	**467.658,66**	**92.322,41**

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/19	31/12/18
Passivo / Circulante	**111.671,59**	**48.773,87**
Contas a Pagar	**111.671,59**	**48.773,87**
Salários a Pagar	34.077,91	14.855,97
Encargos Sociais a recolher	16.088,19	8.204,71
Provisões Trabalhistas	49.156,66	22.916,20
Impostos a Recolher	12.348,83	2.796,99
Patrimônio Líquido	**355.987,07**	**43.548,54**
Capital Social	1.296.000,00	68.000,00
(-) Ações em tesouraria	(1.077.929,90)	(8.000,00)
Reservas de Capital	289.929,90	-
Reservas de Lucros	184.576,56	-
Lucros/(Prejuízos Acumulados)	(336.589,49)	(16.451,46)
Total do Passivo	**467.658,66**	**92.322,41**

Resultado dos Exercícios	31/12/19	31/12/18
Receitas Operacionais	**1.096.453,21**	**806.747,87**
Receita de Corretagem de Seguros	1.096.453,21	806.747,87
Impostos Incidentes sobre Comissões	**124.296,94**	**90.758,47**
ISS - Impostos S/Serviços	22.875,12	16.134,40
PIS	18.091,44	13.311,29
COFINS	83.330,38	61.312,78
Receita comissões - líquida	**972.156,27**	**715.989,40**
Despesas operacionais	**1.296.743,07**	**762.292,76**
Despesas administrativas	**1.296.743,07**	**762.292,76**
Despesas com Funcionários	875.583,99	460.507,26
Serviços Terceiros	842.132,69	429.797,94
Localização e Funcionamento	131.404,13	105.904,77
Outras Despesas	83.349,60	74.948,14
Recuperado de Despesas-Auto Financiamento	(635.727,34)	(308.865,35)
Resultado Financeiro	**4.448,77**	**575,94**
Despesas (Líquidas) de Receitas Financeiras	4.448,77	575,94
Lucro Antes dos Impostos	**(320.138,03)**	**(45.727,42)**
IRPJ e Contribuição Social	**-**	**-**
Contribuição Social	**-**	**-**
Lucro Líquido dos Exercícios	**(320.138,03)**	**(45.727,42)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos de 31/12/2017	**68.000,00**	**(4.000,00)**	**-**	**29.275,96**	**-**	**93.275,96**
Ações em Tesouraria	-	(4.000,00)	-	-	-	**(4.000,00)**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(45.727,42)	**(45.727,42)**
Reversão Reserva Legal	-	-	-	(1.999,71)	1.999,71	-
Reversão Reserva Lucros Realizados	-	-	-	(27.276,25)	27.276,25	-
Saldos de 31/12/2.018	**68.000,00**	**(8.000,00)**	**-**	**-**	**(16.451,46)**	**43.548,54**
Aumento Capital Social	1.228.000,00	(1.069.929,90)	-	-	-	**158.070,10**
Reserva de Ágio na Emissão Ações	-	-	474.506,46	-	-	**474.506,46**
Realização Reserva de Ágio	-	-	(184.576,56)	184.576,56	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(320.138,03)	**(320.138,03)**
Saldos de 31/12/2.019	**1.296.000,00**	**(1.077.929,90)**	**289.929,90**	**184.576,56**	**(336.589,49)**	**355.987,07**

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	31/12/19	31/12/18
Saldo dos Prejuízos Acumulados	**(16.451,46)**	**-**
Prejuízo do Exercício	(320.138,03)	(45.727,42)
Reversão Reserva Legal	-	1.999,71
Reversão Reserva Lucros Realizados	-	27.276,25
Saldo dos Prejuízos Acumulados	**(336.589,49)**	**(16.451,46)**

Notas explicativas - Cifras apresentadas em reais

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis no Brasil, nas quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas brasileiras de contabilidade aprovados por meio de resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2. Principais Práticas Contábeis: a. Apuração do lucro/(prejuízo) do exercício:** As receitas e despesas são reconhecidas em regime de competência de exercícios. **b. Ativos e Passivos Circulantes:** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c. Patrimônio Líquido:** Composto pelo capital social da Sociedade e acrescidos ou deduzidos dos lucros ou prejuízos obtidos ao longo do período de existência da sociedade. **3. Contas a Receber:** 3.1 - Comissões a Receber : Saldo de Comissões a Receber das Cias Seguradoras em 31/12/2.018 de R$ 58.019,33. 3.2 - Impostos a recuperar : Representa os créditos tributários oriundos de saldos negativos de Imposto de Renda - IRPJ. **Passivo Circulante:** Os passivos circulantes estão representados por obrigações trabalhistas e tributárias. **4. Patrimonio Líquido:** Composto pelo capital social, que em 2.019 foi aumentado mediante a emissão de novas ações e pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da sociedade:

	2.019	2.018
Capital Social	1.296.000	68.000
Ações em Tesouraria	(1.077.930)	(8.000)
Reserva de Capital	289.929	-
Reserva de Lucros	184.576	-
Prejuízos Acumulados	(336.589)	(16.451)

São Paulo, 31 de Dezembro de 2.019

Gerson Peres Rebello - Diretor Presidente **Gilberto Zambonini Junior -** Contador - CT/CRC 1 SP125784/O-5 - CPF/(MF): 008.207.518-20

Companhia Imobiliária e Mercantil Anchieta

C.N.P.J. nº 61.086.849/0001-14

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 18 de Janeiro de 2020. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo	(R$) 2019	(R$) 2018
Circulante	**8.524.174,32**	**9.177.644,37**
Disponível		
Caixa e Bancos	221.209,64	190.094,06
Aplicações Financeiras	7.286.783,40	7.915.224,97
Outros Créditos	1.016.181,28	1.072.325,34
Ativo não Circulante	**12.467.141,49**	**12.824.973,69**
Imobilizações - Tangíveis		
Terrenos	9.530.591,68	9.530.591,68
Edificações	10.093.206,71	10.093.206,71
Móveis e Utensílios	45.942,53	45.942,53
Processamento de Dados	104.977,26	104.977,26
(–) Depreciações Acumuladas	(7.307.576,69)	(6.949.744,49)
Total Geral do Ativo	**20.991.315,81**	**22.002.618,06**

Passivo	(R$) 2019	(R$) 2018
Circulante	**1.095.683,83**	**1.178.186,41**
Obrigações Previdenciarias	215.858,83	207.584,05
Obrigações Tributárias	135.809,02	141.184,38
Obrigações Diversas	744.015,98	829.417,98
Patrimônio Líquido	**19.895.631,98**	**20.824.431,65**
Capital Social Realizado	26.250.000,00	26.250.000,00
Reserva Legal	2.754.216,96	2.754.216,96
(–) Ações em Tesouraria	(5.903.547,96)	(5.903.547,96)
Resultados Acumulados	(3.205.037,02)	(2.276.237,35)
Total Geral do Passivo	**20.991.315,81**	**22.002.618,06**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	(R$) 2019	(R$) 2018
Saldo Inicial do Período	(2.276.237,35)	(396.692,43)
Resultado Líquido do Exercício	(928.799,67)	(1.557.089,06)
Transferências:		
Dividendos	-0-	(322.455,86)
Saldo Final do Período	**(3.205.037,02)**	**(2.276.237,35)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Operacional	(R$) 2019	(R$) 2018
Aluguéis e Custos Recuperados	6.086.159,78	5.686.041,11
(–) Custo da Locação de Imóveis	(1.825.919,46)	(1.114.653,58)
Lucro Bruto	**4.260.240,32**	**4.571.387,53**
Outras Receitas Operacionais		
(+) Receitas Financeiras	417.352,69	809.529,30
Despesas Operacionais		
(–) Administrativas	(6.434.594,29)	(5.303.157,70)
(–) Impostos e Taxas	(271.962,67)	(244.182,08)
(–) Financeiras	(15.134,87)	(12.730,42)
(–) Depreciações	(357.832,20)	(358.469,36)
(–) Outras Operacionais	(286.566,56)	(263.968,92)
Resultado Operacional	**(2.688.497,58)**	**(801.591,65)**
(–) Resultado não Operacional	2.429.241,42	12.000,00
(–) Contribuição Social sobre o Lucro	(102.962,37)	(134.262,71)
Resultado antes do Imposto de Renda	**(362.218,53)**	**(923.854,36)**
(–) Provisão para Imposto de Renda	(566.581,14)	(633.234,70)
Resultado após Imposto de Renda	**(928.799,67)**	**(1.557.089,06)**
Líquido a Disponibilizar Assembleia	**(928.799,67)**	**(1.557.089,06)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2019

	(R$) 2019	(R$) 2018
Saldo Inicial	**8.105.319,03**	**15.075.855,86**
Entradas	**9.000.296,29**	**6.348.885,41**
Aluguéis	6.086.159,78	5.686.041,11
Receitas Financeira	417.352,69	821.529,30
Resultado não Operacional	2.429.241,42	-0-
Adiantamentos e Empréstimos	67.542,40	(158.685,00)
Saídas	**9.597.622,28**	**13.319.422,24**
Folha de Pagamento	1.658.828,23	1.555.106,28
ObrigaçõesTributárias	1.551.035,72	1.011.679,49
Obrigações Previdênciarias	805.537,47	758.041,38
Pagamento Dividendos	-0-	320.956,26
Encargos Assistências	2.294.372,64	2.002.770,58
Conservação e Consumo	630.303,95	1.029.457,82
Financeiras	15.134,87	12.730,42
Redução de Contas a Pagar	191.100,00	192.000,00
Despesas Administrativas	1.304.543,98	1.293.912,23
Serviços - Pessoas Jurídicas	412.815,42	142.767,78
Serviços – Pessoa Fisica	733.950,00	-0-
Aquisição Ações em Tesouraria	-0-	5.000.000,00
Saldo Final	**7.507.993,04**	**8.105.319,03**
Ativo		
Caixa	94.039,40	94.827,40
Bancos	127.170,10	95.266,66
Aplicações Financeiras	7.286.783,40	7.915.224,97
Total	**7.507.993,04**	**8.105.319,03**

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Apresentação das Demonstrações Financeiras: A elaboração, forma de apresentação e conteúdo das demonstrações financeiras, foram procedidas de acordo com as normas estabelecidas pela lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

2) Imobilizações Tangíveis: Demonstradas ao custo de aquisição.

3) O Capital Social de R$ 26.250.000,00 é representado por 1.434.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Justino Augusto Azevedo Peixeiro - Diretor Presidente
TC-CRC-1SP048741/0-6

Diretoras: **Marcia Mascioli** **May Mascioli** **Silvia Mascioli**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2020 10:55:34.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34738128] - www.imprensaoficial.com.br